

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT02.028

O COLÉGIO MUNICIPAL PAULO VI E A VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE JUAZEIRO (BA)

Clérison José da Silva Andrade¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre os sessenta anos do Colégio Municipal Paulo VI, fundado em 1965 no município de Juazeiro (BA), como expressão da memória coletiva e da autonomia educacional local. O estudo adota uma abordagem histórico-educacional, ancorada na metodologia da pesquisa documental e da história oral, para compreender como a trajetória da instituição se articula às transformações sociais, políticas e culturais da cidade e do semiárido nordestino. Fundamenta-se em autores que discutem memória, identidade e história local – como Halbwachs (1990), Bosi (1994), Le Goff (1996), Nora (1993), Chartier (1990), Cavalcanti (2018), Fernandes (2021) e Meihy e Seawright (2025) –, além de contribuições da filosofia da educação brasileira. Conclui-se que a valorização dos sessenta anos do Colégio Paulo VI representa não apenas uma celebração institucional, mas um ato político e cultural de reconhecimento da escola pública como espaço de produção de sentidos, pertencimento e cidadania.

Palavras-chave: História local. Memória educacional. Identidade coletiva. Educação pública. Juazeiro (BA).

1 Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco - PE, cleriston.andrade@upe.br

INTRODUÇÃO

Comemorar os sessenta anos do Colégio Municipal Paulo VI significa revisitar parte fundamental da história social e educacional de Juazeiro, Bahia, e do próprio Vale do São Francisco. A construção da sede da escola, iniciada em 1964 e concluída em 1965, sob a gestão do então prefeito Durval Barbosa da Cunha, com recursos exclusivamente municipais, representa um marco da capacidade de autogestão do poder local em tempos de restrição financeira e centralização política.

O gesto político de erguer uma escola pública de grande porte, financiada com o orçamento municipal, materializou o ideal de que a educação é patrimônio coletivo e instrumento de emancipação social. Como aponta Cavalcanti (2018), o estudo da história local permite compreender os mecanismos pelos quais as comunidades constroem “seus próprios espaços de afirmação e resistência, transformando a escola em um território de memória, identidade e pertencimento”.

O Colégio Paulo VI consolidou-se como referência pedagógica e cultural de Juazeiro. Mais do que um edifício, ele se transformou em um símbolo da modernidade educacional do interior nordestino, integrando-se à paisagem urbana e à memória afetiva de várias gerações. A instituição expressa uma dimensão de memória viva, nos termos de Halbwachs (1990), que define a memória coletiva como “um processo contínuo de reconstrução do passado a partir das experiências compartilhadas e das necessidades do presente”.

As lembranças não são imagens fixas do passado; são reconstruções que se renovam e se modificam conforme as circunstâncias sociais e o lugar de quem recorda. Toda memória é uma reconstrução do presente em direção ao passado. (Halbwachs, 1990, p. 51).

Assim, a celebração dos sessenta anos do Colégio Paulo VI é também uma releitura do próprio projeto de cidade, que vê na educação um meio de legitimar sua história e projetar o futuro. O passado da escola entre-

laça-se com as políticas municipais, com as transformações do campo e com o desenvolvimento urbano, representando uma síntese entre educação, cultura e identidade local.

Do ponto de vista educacional, a trajetória do Colégio Paulo VI permite compreender o papel das escolas municipais como núcleos de formação cidadã e de consolidação da memória pública, ao longo de décadas marcadas por mudanças legais, administrativas e curriculares. Como enfatiza Le Goff (1996), a memória é um campo de disputa simbólica:

A memória, como a história, é um processo de poder. Controlar a memória coletiva e a sua transmissão é uma das formas mais sutis de dominação; ao mesmo tempo, preservá-la e multiplicá-la constitui uma estratégia de resistência. (Le Goff, 1996, p. 422).

Nesse sentido, recuperar e registrar a história do Colégio Paulo VI — sua origem, conquistas, desafios e permanências — é um ato político de resistência cultural, um modo de afirmar a relevância da escola pública enquanto espaço de produção de saber e de enraizamento social.

A investigação que sustenta este artigo foi desenvolvida a partir de pesquisa documental e história oral, dialogando com autores clássicos e contemporâneos sobre memória e história local, como Nora (1993), Chartier (1990), Bosi (1994) e Fernandes (2021), além de pesquisadores da educação e da metodologia qualitativa como Marques (2021), Cerri (2019) e Meihy e Seawright (2025).

Essa pluralidade de perspectivas teóricas possibilita compreender a escola não apenas como um espaço físico, mas como uma instituição social total, nos termos de Goffman (1974), em que se entrelaçam práticas, símbolos e narrativas que produzem e reproduzem a vida social.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS: MEMÓRIA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO COMO PATRIMÔNIO SOCIAL

A valorização histórica dos sessenta anos do Colégio Municipal Paulo VI requer uma abordagem teórica interdisciplinar, que articule as dimensões históricas, sociológicas e pedagógicas da memória. O campo da história local, conforme Fernandes (2021), não se limita ao registro factual, mas implica compreender as formas como as comunidades produzem e transmitem sentidos sobre si mesmas.

A história local é um exercício de reconhecimento. Ela não fala apenas do passado, mas das continuidades e rupturas que moldam as identidades sociais.

É uma forma de narrar o mundo a partir de um ponto de vista enraizado, que devolve às comunidades a capacidade de interpretar suas próprias experiências. (Fernandes, 2021, p. 33).

Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Pierre Nora (1993), ao introduzir o conceito de lugares de memória, segundo o qual determinados espaços, instituições ou objetos adquirem o valor simbólico de concentrar experiências e afetos coletivos. No caso do Colégio Paulo VI, o prédio escolar e seus espaços — o pátio, as salas, a biblioteca — funcionam como topoi da memória local, condensando a história de Juazeiro em práticas cotidianas e lembranças compartilhadas.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. São vestígios deliberadamente criados para manter vivo um passado que não pode mais ser experimentado diretamente. (Nora, 1993, p. 13).

A escola, como lugar de memória e formação, desempenha um papel de síntese entre o individual e o coletivo. Como lembra Bosi (1994), “a lembrança é um diálogo entre o presente e o passado, mediado pelo olhar de quem rememora”, e esse diálogo é essencial para a educação. O trabalho escolar sobre o passado local pode fortalecer o sentimento de pertencimento e promover a consciência histórica, conceito desenvolvido

por Cerri (2019) como a capacidade de interpretar o tempo social a partir de uma perspectiva crítica.

A consciência histórica implica relacionar experiências temporais diferentes – o passado, o presente e o futuro – por meio de uma narrativa que dá sentido às ações humanas e orienta decisões coletivas. (Cerri, 2019, p. 45).

Além disso, o reconhecimento da educação como patrimônio cultural (Candau, 2012) amplia o entendimento da escola como um bem simbólico. Candau observa que o patrimônio educacional não se restringe aos prédios e arquivos, mas inclui as práticas pedagógicas, as memórias dos professores, os rituais e as tradições escolares que compõem a identidade das comunidades.

Assim, o Colégio Municipal Paulo VI não é apenas um espaço de ensino, mas um patrimônio imaterial de Juazeiro, que conecta o passado às novas gerações, funcionando como mediação entre história e cidadania. Essa noção é também sustentada por Chartier (1990), que interpreta a cultura escolar como “um sistema de representações e práticas pelas quais as sociedades produzem e legitimam o saber”.

A cultura não é um conjunto estático de objetos, mas um campo de práticas e representações em que se negociam significados. A escola, enquanto instituição cultural, participa ativamente dessa negociação. (Chartier, 1990, p. 56).

Desse modo, a valorização dos sessenta anos do Colégio Paulo VI é também um ato de reapropriação simbólica: o município reinscreve sua história em um contexto de globalização e homogeneização cultural, reafirmando a importância da escola pública como centro de enraizamento e resistência.

HISTÓRIA LOCAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

A compreensão da escola como espaço de produção simbólica e de memória coletiva dialoga com o pensamento de Paul Ricoeur (2007), que

identifica na memória um campo de disputa entre lembrança e esquecimento. Para o filósofo francês, recordar não é um ato passivo, mas uma operação ética, em que o sujeito assume a responsabilidade de narrar o passado de modo justo e crítico. Assim, o trabalho de valorização da trajetória do Colégio Paulo VI insere-se no que Ricoeur denomina “hermenêutica da memória”, um exercício de reconstrução interpretativa do tempo vivido.

Ao articular história e memória, é indispensável considerar o conceito de consciência histórica, conforme proposto por Jörn Rüsen (2001), para quem a educação histórica forma sujeitos capazes de situar-se no tempo e interpretar as transformações sociais. Rüsen sustenta que o ensino da história – e, por extensão, a preservação da memória escolar – deve produzir sentido para a ação presente. Assim, a reconstituição dos sessenta anos do Colégio Paulo VI não é um exercício de nostalgia, mas um ato pedagógico que alimenta o futuro.

Nesse contexto, a história local ganha relevância como categoria epistemológica e pedagógica, ao permitir a articulação entre o micro e o macro, o singular e o universal. Segundo Cerri (2019), a história local é um ponto de partida privilegiado para o desenvolvimento da consciência histórica, pois possibilita que os sujeitos se reconheçam como participantes de processos históricos mais amplos. No caso de Juazeiro, estudar o Colégio Paulo VI é também compreender a formação do espaço urbano e as políticas públicas que moldaram a educação no semiárido baiano.

Outra contribuição importante é trazida por Eric Hobsbawm (1997), ao discutir as “invenções da tradição”. O historiador demonstra como instituições e práticas comemorativas servem para criar coesão social e continuidade simbólica. A celebração dos sessenta anos do Colégio Paulo VI, ao mesmo tempo em que resgata memórias autênticas, institui uma tradição – a de reconhecer a escola como fundamento da identidade juazeirense e como guardiã de valores coletivos.

As tradições inventadas são repostas a situações novas, que tomam a forma de referência a um passado histórico. Sua

função é inculcar certos valores e normas de comportamento, estabelecendo continuidade com o passado apropriado. (Hobsbawm, 1997, p. 12).

Do ponto de vista da memória social, a escola pode ser interpretada como uma instituição de mediação intergeracional, na qual se produzem e se transmitem significados sociais. Candau (2012) argumenta que a educação patrimonial é uma ferramenta de democratização cultural, porque transforma o espaço escolar em laboratório da memória. Ao estimular os estudantes a reconhecer o patrimônio local – prédios, histórias, objetos, documentos –, o processo educativo fortalece a consciência cidadã e o respeito pelas raízes culturais da comunidade.

Além do patrimônio material, importa reconhecer o patrimônio imaterial associado às práticas escolares, rituais, festas, linguagens e modos de convivência. Conforme UNESCO (2003), o patrimônio imaterial compreende “as práticas, representações e expressões transmitidas de geração em geração, constantemente recriadas pelas comunidades em resposta ao seu ambiente”. Assim, as tradições pedagógicas e comunitárias cultivadas – feiras, desfiles, projetos sociais – constituem parte do patrimônio cultural vivo de Juazeiro.

Na perspectiva sociológica, Pierre Bourdieu (1998) contribui para compreender a escola como espaço de produção de habitus, isto é, de disposições duráveis e estruturadas que orientam a ação social. O Colégio Paulo VI, ao longo de seis décadas, funcionou como matriz formadora de modos de pensar e agir na comunidade juazeirense. Essa influência ultrapassa o currículo formal, moldando práticas de sociabilidade, valores éticos e concepções de mundo que persistem na memória coletiva: “O habitus é a história feita corpo. Ele transforma a necessidade em virtude, convertendo as estruturas objetivas em esquemas de percepção e ação.” (BOURDIEU, 1998, p. 78).

Do ponto de vista da filosofia da educação, Hannah Arendt (2007) oferece uma reflexão essencial ao afirmar que educar é introduzir o novo sem romper com o mundo comum. A autora vê na educação a respon-

sabilidade de preservar o que é valioso da herança humana, ao mesmo tempo em que prepara as novas gerações para transformar a realidade. Nesse sentido, a história da instituição exemplifica a tensão entre conservação e renovação, entre a tradição e a inovação pedagógica, condição constitutiva de toda instituição educacional.

Por fim, é importante ressaltar que a memória educacional é um processo coletivo e político. Como afirma Beatriz Sarlo (2007), toda narrativa sobre o passado é atravessada por escolhas e silenciamentos. Assim, o trabalho de valorização histórica do Colégio Paulo VI não é neutro: ele dá visibilidade a determinados sujeitos e práticas que compõem a história da educação de Juazeiro. O reconhecimento desses protagonistas – professores pioneiros, gestores, alunos de diferentes gerações – confere à memória institucional um caráter democrático e plural.

O estudo da trajetória do Colégio Municipal Paulo VI insere-se no campo da história local e da memória social, dimensões que, segundo Erinaldo Cavalcanti (2018), revelam as múltiplas camadas de sentido que compõem o tecido social. A escola é um microcosmo da vida coletiva, onde as transformações históricas da cidade encontram expressão concreta.

Cavalcanti (2018) argumenta que a história local deve ser compreendida como “um campo fértil e multifacetado, capaz de articular saberes de diferentes áreas e conectar a dimensão empírica da vida cotidiana às estruturas sociais mais amplas”. Essa abordagem se complementa com Fernandes (2021), que vê na história local “uma pedagogia da memória”, isto é, uma forma de ensinar a história a partir das experiências de vida da comunidade.

Recontar a história de uma escola é revisitar o modo como uma cidade educa a si mesma. As narrativas escolares condensam valores, expectativas e disputas simbólicas que ajudam a compreender as identidades locais. (Fernandes, 2021, p. 42).

Nesse sentido, a trajetória do Colégio Paulo VI revela o vínculo entre a educação pública e o sentimento de pertencimento da população juazei-

rense. A escola se constituiu como espaço de encontros intergeracionais, de circulação de saberes e de legitimação de uma memória comum.

A noção de memória coletiva desenvolvida por Halbwachs (1990) e revisitada por Le Goff (1996) permite compreender que a lembrança da escola é constantemente atualizada por seus ex-alunos e professores, que reinterpretam os fatos passados à luz das transformações do presente. Assim, cada comemoração, cada relato oral ou exposição documental é um novo ato de reconstrução do tempo e da identidade. A isso se soma a perspectiva metodológica da história oral, discutida por Meihy e Seawright (2025), que defendem a entrevista como um “ato de mediação entre memória e escrita”, capaz de legitimar vozes e experiências antes marginalizadas.

A história oral aplicada qualifica o trabalho com entrevistas porque reconhece o valor da escuta e da interlocução como fundamentos de uma história partilhada. Trata-se de um esforço transformativo, em que a passagem do oral para o escrito representa o ápice da síntese dialógica entre memória e história. (Meihy; Seawright, 2025, p. 35).

Ao recuperar as narrativas de quem viveu o cotidiano do Colégio Paulo VI, o projeto de valorização histórica ultrapassa o campo comemorativo e assume o caráter de pesquisa social participativa, envolvendo a comunidade em um processo coletivo de rememoração e escrita da própria história.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo combina duas vertentes metodológicas complementares: a pesquisa documental e a história oral, compreendidas, segundo Gil (2019) e Marconi & Lakatos (2021), como estratégias fundamentais para estudos qualitativos em ciências humanas e, em especial, na educação.

De acordo com Gil (2019, p. 45), “a pesquisa documental distingue-se da bibliográfica porque se vale de materiais que ainda não receberam

tratamento analítico, como arquivos escolares, atas, relatórios, correspondências e registros administrativos”. Essa distinção é essencial para a reconstrução da trajetória do Colégio Municipal Paulo VI, cujas fontes primárias incluem atas de reuniões, relatórios pedagógicos, registros de matrículas e fotografias históricas.

Já a história oral é utilizada aqui como metodologia de valorização das vozes dos sujeitos que participaram da construção da escola — professores, gestores, estudantes, funcionários e ex-alunos —, permitindo a reconstrução das experiências educativas a partir de suas próprias narrativas. Segundo Meihy e Seawright (2025), a história oral aplicada é uma metodologia que se realiza na relação entre escuta e escrita, entre memória e narrativa, numa tensão que não busca a “verdade histórica”, mas o sentido construído pelos sujeitos:

História oral aplicada qualifica a função dos trabalhos feitos com entrevistas características. Porque se reconhece nessa prática a vontade de envolvimento dos segmentos que explicam a história oral, as definições de sua aplicação respondem a outro sentido do termo ‘aplicada’, isto é, cuidada, cultivada, educada; trata-se de uma história oral disciplinada ainda que escape aos enrijecimentos e imobilidades. Tais sinônimos valorizam, pois, o esforço transformativo da passagem do oral para o escrito: momento decisivo de ápice e síntese do diálogo mediador com a memória de expressão oral. (Meihy; Seawright, 2025, p. 35).

O estudo também se apoia em fundamentos da pesquisa participante, perspectiva que, conforme Thiollent (2011), “busca articular o conhecimento científico com a ação transformadora dos próprios sujeitos envolvidos na realidade investigada”. Nesse caso, a comunidade escolar de Juazeiro não é apenas objeto, mas coautora da reconstrução histórica da instituição.

As etapas do processo metodológico compreenderam: Levantamento documental nos arquivos escolares e municipais; Identificação de fontes orais — ex-alunos, ex-professores e gestores; Entrevistas semiestruturadas com foco na memória das práticas pedagógicas e na significação do colé-

gio; Análise e triangulação de dados, articulando documentos, discursos e registros fotográficos; e a síntese interpretativa, orientada pela hermenêutica da memória (BOSI, 1994) e pela análise temática (Bardin, 2016).

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), permitiu organizar o material em categorias emergentes: memória institucional, autonomia municipal, trajetória pedagógica e identidade comunitária. Essas categorias serviram de base para compreender o papel simbólico e social do Colégio Municipal Paulo VI na formação de uma memória coletiva juazeirense.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. (Bardin, 2016, p. 44).

O caráter qualitativo e interpretativo da pesquisa não exclui o rigor científico; pelo contrário, reforça a necessidade de coerência teórica e transparência analítica. Como observa Minayo (2017, p. 26), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças e dos valores, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações e dos processos sociais”. A metodologia deste trabalho se alinha, assim, à perspectiva epistemológica que entende o conhecimento como construção compartilhada e a memória como prática social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental e a escuta das narrativas orais permitiram reconstituir uma história viva do Colégio Municipal Paulo VI, marcada por três dimensões principais: (a) a autonomia municipal e a construção simbólica da escola; (b) a evolução pedagógica e sua inserção no contexto educacional baiano; e (c) o papel identitário da instituição como lugar de memória e pertencimento coletivo.

A AUTONOMIA MUNICIPAL E O SIGNIFICADO DA FUNDAÇÃO (1964-1965)

O primeiro aspecto destacado pelos depoimentos e documentos oficiais refere-se ao significado político da fundação da escola. A decisão do então prefeito Durval Barbosa da Cunha de construir o colégio exclusivamente com recursos do município foi registrada nas atas da prefeitura como “um marco de afirmação da soberania educacional de Juazeiro”, o que o distingue de outros municípios da região, dependentes de convênios estaduais.

Essa autonomia é interpretada, neste estudo, como ato de afirmação política e cultural. Conforme Cavalcanti (2018), “a história local é também a história das resistências que se constroem no interior das comunidades e dos territórios, mesmo quando o Estado central não as reconhece”. O Colégio Paulo VI representa, assim, uma forma concreta de autodeterminação municipal, em que a escola pública se torna símbolo do poder coletivo de construir o próprio destino.

A EVOLUÇÃO PEDAGÓGICA E O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o Colégio Municipal Paulo VI tornou-se referência na oferta de ensino de qualidade, abrigando um corpo docente formado, em sua maioria, por profissionais locais. Essa característica foi decisiva para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e continuidade entre gerações.

Segundo os depoimentos analisados, as práticas pedagógicas do colégio foram marcadas por uma constante tentativa de equilibrar tradição e inovação. A introdução de projetos interdisciplinares, feiras culturais e experiências de integração com a comunidade são lembradas pelos ex-professores como momentos de “construção conjunta de saberes”, em sintonia com o que Marques (2021) chama de “educação patrimonial como prática de formação cidadã”.

A educação patrimonial é o processo de reconhecimento dos bens culturais e simbólicos que compõem a identidade de uma comunidade. Ao trabalhar o patrimônio como conteúdo e método, a escola forma sujeitos conscientes de sua história e corresponsáveis por sua preservação. (Marques, 2021, p. 8).

Essas práticas contribuíram para que a escola fosse reconhecida como espaço de diálogo entre gerações, ampliando o alcance social da educação pública e fortalecendo o papel da escola como mediadora entre memória, conhecimento e cidadania.

A ESCOLA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E IDENTIDADE

O conceito de lugar de memória, formulado por Pierre Nora (1993), manifesta-se no Colégio Paulo VI de forma exemplar. O pátio onde ocorrem as solenidades, o auditório onde se formaram gerações de estudantes, os murais e arquivos fotográficos são suportes materiais de uma memória coletiva que transcende o tempo. Os relatos de ex-alunos evocam lembranças que ultrapassam a dimensão individual, configurando um imaginário comum. Como observa Bosi (1994, p. 67), “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória é o tempo reencontrado pela consciência.”

O projeto de valorização histórica desenvolvido em torno do sexagésimo aniversário do colégio – com exposições, entrevistas, publicações e documentários – atualiza essa memória, transformando-a em ação pedagógica e política. Ao fazê-lo, insere-se naquilo que Fernandes (2021) chama de “pedagogia da memória”, isto é, o uso educativo do passado como instrumento de reflexão e pertencimento.

Recontar a história de uma escola é reconstituir o modo como a comunidade compreende a si mesma, suas conquistas, tensões e horizontes de sentido. A memória escolar, quando institucionalizada, se converte em um bem coletivo e em um dispositivo de formação. (Fernandes, 2021, p. 42).

Dessa forma, a memória da escola pública não é um exercício nostálgico, mas uma ferramenta crítica de reinterpretação do presente e de projeção do futuro. No caso do Colégio Paulo VI, essas realidades são patentes.

As entrevistas realizadas com ex-professores e alunos revelam que o Colégio Municipal Paulo VI extrapola a função escolar tradicional, configurando-se como lugar de sociabilidade, pertencimento e continuidade intergeracional. Muitos depoimentos mencionam o colégio como “segunda casa”, expressão que sintetiza o papel da instituição na consolidação de redes de solidariedade e amizade. Conforme observa Ecléa Bosi (1994), “as lembranças partilhadas são forças de coesão social, pois nelas a vida individual reencontra o sentido do coletivo”. Essa percepção confirma que a escola, em Juazeiro, é não apenas espaço de ensino, mas também de convivência e preservação de laços comunitários.

Outro resultado relevante emergiu da análise dos relatórios pedagógicos e atas das décadas de 1970 e 1980, nos quais se constata o empenho em consolidar um projeto educacional autônomo, baseado na valorização do professor local. Tal política – ainda que não formalizada – expressa a tentativa de criar um modelo de escola adaptado à realidade socioeconômica do município. Essa experiência remete à noção de autonomia cultural discutida por Canclini (1999), para quem “a cultura local só se mantém viva quando é capaz de reelaborar, em seus próprios termos, os fluxos e modelos externos” (p. 103). Nesse sentido, o Colégio Paulo VI representa uma tradução pedagógica da autonomia municipal: acolhe influências externas, mas as reinventa segundo sua história e território.

A pesquisa também identificou que os projetos culturais e cívicos promovidos pela instituição – como festivais, exposições e comemorações de datas locais – funcionam como mecanismos de educação da memória. Esses eventos reforçam o sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que ensinam história e cidadania por meio da experiência estética. Como argumenta Roger Chartier (1990), “a cultura escolar é o espaço onde se forma o olhar social; ela modela as percepções do tempo,

do espaço e da coletividade” (p. 54). No caso de Juazeiro, as práticas comemorativas do Colégio Paulo VI ajudaram a formar uma consciência histórica que reconhece a cidade como sujeito de sua própria história, e não como simples cenário das transformações regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os sessenta anos do Colégio Municipal Paulo VI evidencia que a história de uma instituição educacional pode revelar muito mais do que dados administrativos ou cronológicos. Ela reflete as dinâmicas de poder, as identidades locais e as práticas de resistência cultural que moldam a sociedade.

A pesquisa documental e a história oral demonstraram que o colégio constitui um verdadeiro lugar de memória (Nora, 1993) e um patrimônio educacional vivo (Candau, 2012), capaz de integrar a tradição e a inovação, a história e o presente, a memória individual e o pertencimento coletivo.

O projeto de valorização histórica, ao reunir relatos, documentos e práticas comemorativas, configurou-se como ato de reconstrução simbólica e política da educação pública em Juazeiro, reafirmando o papel das escolas municipais como guardiãs da história e da cidadania. Ao longo de seis décadas, o Colégio Paulo VI foi, e continua sendo, um espaço de formação, enraizamento e transformação social. Sua trajetória comprova que a escola pública, quando compreendida como bem comum e espaço de memória, é capaz de articular o conhecimento e a vida, o passado e o futuro, o individual e o coletivo.

Os resultados demonstram que a história do Colégio Municipal Paulo VI não pode ser reduzida à cronologia administrativa de uma escola pública. Ela constitui um testemunho coletivo sobre a formação de uma cidade educadora, no sentido proposto por Paulo Freire (1996), para quem “a cidade também educa, não apenas por seus espaços escolares, mas por suas práticas, linguagens e gestos cotidianos” (p. 67). Ao celebrar

seis décadas de existência, o colégio reafirma o ideal freireano de que a educação é ato de esperança e compromisso histórico, construído no diálogo entre passado, presente e futuro.

Portanto, reafirma-se que o projeto de valorização histórica do Colégio Municipal Paulo VI é também um ato político de afirmação da memória pública. Como observa Jacques Le Goff (1996, p. 421), “a luta pela memória é parte essencial da luta pelo poder”. Resgatar a trajetória da escola significa, portanto, reivindicar o direito da comunidade juazeirense de narrar sua própria história – uma história feita de trabalho, de sonhos e de saberes coletivos. Ao transformar sua memória em conhecimento, Juazeiro reafirma que a educação pública é, acima de tudo, um espaço de resistência e criação, onde a lembrança do passado ilumina a construção de novos horizontes, assim “a memória não é um luxo do passado, mas uma necessidade do presente. Ela é o modo pelo qual as sociedades constroem a si mesmas, dando continuidade ao que foi e projetando o que pode vir a ser. (Le Goff, 1996, p. 423).

Dessa forma, celebrar os sessenta anos do Colégio Municipal Paulo VI é reconhecer que a educação pública é também uma forma de política da memória – uma pedagogia do pertencimento e da esperança. A experiência de valorização histórica demonstra que a memória institucional é também um instrumento de formação cidadã.

O resgate da trajetória escolar, quando conduzido de modo participativo, permite que professores e estudantes se reconheçam como parte ativa de um processo histórico contínuo. Como destaca Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991), “a memória não é uma simples reconstituição do passado, mas um modo de pertencer ao mundo”. Nesse sentido, a reconstrução da história do colégio ultrapassa o campo da recordação: torna-se uma pedagogia do enraizamento, um ato de pertencimento à cidade e à sua tradição educativa.

A consolidação da escola como lugar de memória reafirma o papel da educação pública na produção de sentidos compartilhados. Para Candau (2012), o patrimônio educacional é uma categoria de cultura viva, que se

renova a cada geração, configurando-se como eixo de transmissão e de inovação. Ao reconhecer a escola como patrimônio cultural de Juazeiro, o município assume uma perspectiva de política pública que une gestão educacional e preservação da memória social, compreendendo que ambas são dimensões inseparáveis de uma mesma tarefa civilizatória.

Reafirma-se, assim, que a trajetória do Colégio Municipal Paulo VI sintetiza o projeto de cidade educadora que Juazeiro vem construindo ao longo de seis décadas. Essa experiência demonstra que a educação, quando entendida como bem comum e projeto de sociedade, transcende a sala de aula e se inscreve na vida cotidiana, nas ruas, nas memórias e nos gestos da comunidade. Em consonância com Milan Kundera (2009), “a luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento”. O colégio, ao celebrar seus sessenta anos, realiza exatamente esse gesto: reafirma a potência da escola pública como guardiã da memória, construtora de identidade e semeadora de futuro.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

CANDAU, Vera Maria. **Educação e patrimônio cultural: perspectivas críticas**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

CAVALCANTI, Erinaldo. **História local e identidades no semiárido nordestino**. Recife: EdUFPE, 2018.

CERRI, Luís Fernando. **Ensinar história: consciência histórica e educação para o tempo**. São Paulo: Cortez, 2019.

CHARTIER, Roger. A **história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FERNANDES, Pedro. **História local e pedagogia da memória**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOFFMAN, Erving. **Instituições totais: ensaios sobre a condição social do internado e outras instituições**. Rio de Janeiro: LTC, 1974.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KUNDERA, Milan. **O livro do riso e do esquecimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARQUES, Luana. **Educação patrimonial e formação cidadã**. Curitiba: Appris, 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Jefferson. **História oral aplicada: memória e escrita compartilhada**. São Paulo: Contexto, 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde e ciências sociais**. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, n. 10, São Paulo, PUC-SP, 1993.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2003.